

**LINHA DE PESQUISA 3 – MESTRADO – RESULTADO PROVISÓRIO**

	<b>TÍTULO DO PROJETO</b>	<b>PROF. RAQUEL</b>	<b>PROF. GLAUCO</b>	<b>PROF. THIAGO</b>	<b>NOTA 1ª ETAPA</b>
1	A prática da argumentação no Direito: o paralelo entre a Decisão Judicial fundamentada e a teoria da argumentação de Toulmin	9,5	10	9	9,5
2	A FORMAÇÃO E A ATUAÇÃO DO ADVOGADO NO ESTADO DO BRASIL COLONIAL: ANÁLISE DO PERFIL DOS PROFISSIONAIS DO DIREITO ATUANTES NO TERRITÓRIO QUE ATUALMENTE COMPÕE O ESTADO BRASILEIRO DO CEARÁ ENTRE 1699 E 1822	9	9	9	9
3	A SÚMULA Nº 63 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ: A (IN)EXISTÊNCIA DE UM CRITÉRIO EXCEPCIONAL PARA A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE DO ESTADO	9	9	9	9
4	A TEORIA DOS PRECEDENTES EM UMA ÉPOCA SEM PRECEDENTES: PANDEMIA DE COVID-19, SEGURANÇA JURÍDICA, INTEGRIDADE E COERÊNCIA DO DIREITO	9	9	9	9
5	A TRANSCENDÊNCIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES E A EFICÁCIA VINCULANTE NO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	9	9	9	9
6	AS VIÚVAS PROPRIETÁRIAS: A CONDIÇÃO JURÍDICA DA MULHER NO CEARÁ SETECENTISTA	9	9	9	9

7	Indeterminação do sentido das Normas Jurídicas e Hermenêutica Constitucional: Uma análise da legitimidade democrática dos discursos judiciais na utilização do método da Interpretação Conforme a Constituição.	9	9	9	9
8	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SISTEMAS AUTOMATIZADOS DE DECISÕES JUDICIAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DO DIREITO BRASILEIRO	9	9	9	9
9	O PROTAGONISMO DA DECISÃO JUDICIAL NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E A CRÍTICA HERMENÊUTICA DO DIREITO: REFLEXÕES HERMENÊUTICAS SOBRE A (RE)ESTRUTURAÇÃO DO PROCESSO DECISÓRIO A PARTIR DO DIREITO FUNDAMENTAL À UMA DECISÃO CONSTITUCIONALMENTE ADEQUADA.	9	9	9	9
10	A CONSTITUCIONALIDADE DO JUIZ DAS GARANTIAS: NOVA FUNÇÃO DENTRO DO PROCESSO PENAL E SUA APTIDÃO PARA EFETIVAR DIREITOS FUNDAMENTAIS.	8,5	8,5	8,5	8,5
11	A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA.	8,5	8,5	8,5	8,5
12	DIRIGISMO CONSTITUCIONAL NO BRASIL: MEMÓRIA E PROJETO, EXPERIÊNCIA E EXPECTATIVA NA CONSTRUÇÃO DOS OBJETIVOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUINTE DE 1988	8,5	8,5	8,5	8,5

13	MEDIAÇÃO JURÍDICA MODERNA: MÉTODO ALIADO A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO	8,5	8,5	8,5	8,5
14	O JUIZ DAS GARANTIAS NA CONSTITUIÇÃO E NA PRÁTICA: ANÁLISE DA EFETIVA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL EM COMARCAS DE VARA ÚNICA NO MARANHÃO	8,5	8,5	8,5	8,5
15	PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO PENAL: O PARADIGMA DA EXECUÇÃO PENAL PROVISÓRIA EM FACE DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	8,5	8,5	8,5	8,5
16	ATIVISMO JUDICIAL: UMA ANÁLISE ACERCA DA INCIDÊNCIA NO JULGAMENTO DO HABEAS CORPUS 124 306/RJ.	8	8	8	8
17	BUSCA DE PADRÕES PARA A SEPARAÇÃO ENTRE JUSTIÇA E SOLIPSISMO NO ÂMBITO DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO: BASES PARA UM MODELO QUE NORTEIE AS DECISÕES JURÍDICAS NACIONAIS	8	8	8	8
18	DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES EM JUÍZO UM ESTUDO SOBRE A EFETIVIDADE DAS DECISÕES EXARADAS PELA CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS	8	8	8	8
19	ESTADO DE EXCEÇÃO E BIOPOLÍTICA: O CASO DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO CEARENSES DE 1932	8	8	8	8
20	O IMPACTO JURÍDICO-POLÍTICO DA PRISÃO PREVENTIVA EM ANO ELEITORAL	8	8	8	8

21	TELEAUDIÊNCIAS CRIMINAIS: ANÁLISE CONSTITUCIONAL DA EXPERIÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA, DO CONTRADITÓRIO E DA EFETIVIDADE	8	8	8	8
22	DEMOCRACIA E REDES SOCIAIS: OS LIMITES DO CONTROLE DISCIPLINAR SOBRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS MEMBROS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	7,8	7,8	7,8	7,8
23	A RESSIGNIFICAÇÃO DO JUIZ NATURAL DIANTE DA COOPERAÇÃO JURÍDICA NACIONAL: GARANTIAS PROCESSUAIS E TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA	7,5	7,5	7,5	7,5
24	DEMOCRACIA EM TEMPOS DE PÓS-VERDADE: REGULAÇÃO DAS FAKE NEWS À LUZ DO PLURALISMO POLÍTICO	7,5	7,5	7,5	7,5
25	DO RECONHECIMENTO À EFETIVIDADE: O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E SEU POTENCIAL PARA SOLUCIONAR LITÍGIOS ESTRUTURAIS NO BRASIL.	7,5	7,5	7,5	7,5
26	O CONTROLE JUDICIAL DA IMUNIDADE PARLAMENTAR NA INTERNET: OS PARLAMENTARES SÃO PROTEGIDOS PELA IMUNIDADE NA DIVULGAÇÃO DE FAKE NEWS?	7,5	7,5	7,5	7,5
27	O PODER PRINCIPESCO E A ORDEM DA GRAÇA NA AMÉRICA PORTUGUESA: ASPECTOS DA FLEXIBILIDADE JURÍDICA NOS INSTITUTOS JURÍDICOS DA DISPENSA DA LEI, DO PERDÃO RÉGIO E DA CONCESSÃO DE MERCÊS, SÉCULOS XVII-XIX	7,5	7,5	7,5	7,5

28	SEGURANÇA JURÍDICA DAS DECISÕES JUDICIAIS COM USO DA JURIMETRIA DIGITAL	7,4	7,4	7,4	7,4
29	DEMOCRACIA HACKEADA: DADOS E DESINFORMAÇÃO EM CAMPANHAS ELEITORAIS	7,3	7,3	7,3	7,3
30	A EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO E O DIREITO FUNDAMENTAL AO DEVIDO PROCESSO LEGISLATIVO: parâmetros para o controle judicial de atos legislativos que violem normas regimentais.	7	7	7	7
31	AUTOCONTENÇÃO SOCIAL DO DISCURSO DE ÓDIO NO BRASIL: PARÂMETROS PARA UM CONTROLE POPULAR DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO	7	7	7	7
32	DEMOCRACIA E FAKE NEWS: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DA DESINFORMAÇÃO NO VOTO E NO PROCESSO REPRESENTATIVO ELEITORAL BRASILEIRO	7	7	7	7
33	DO SUFRAGISMO À CONSTITUINTE: REFLEXÕES SOBRE A (IN)VISIBILIDADE DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO PROCESSO DE (RE)DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA SOB O ENFOQUE FEMINISTA.	7	7	7	7
34	OS IMPACTOS DO EFEITO BACKLASH E DAS MUTAÇÕES CONSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO	7	7	7	7
35	PSEUDOTUTELA JURÍDICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DECORRENTE DA LEGISLAÇÃO PENAL SIMBÓLICA	7	7	7	7
36	O PRINCÍPIO DA IGUALDADE NA TEORIA DA JUSTIÇA COMO EQUIDADE DE JOHN RAWLS E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	6,8	6,8	6,8	6,8

37	ANÁLISE SOBRE A EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA POR MEIO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DA COMARCA DE FORTALEZA – CEARÁ.	6,7	6,7	6,7	6,7
38	CANNABIS NO BRASIL: UMA QUESTÃO DE POLÍCIA E DE SAÚDE PÚBLICA	6,5	6,5	6,5	6,5
39	CONCEITO E EFICÁCIA DO PRECEDENTE JUDICIAL NO BRASIL	6,5	6,5	6,5	6,5
40	O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA O EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO	6,5	6,5	6,5	6,5
41	OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO E A ATIVIDADE DOS MEDIADORES E CONCILIADORES COMO FORMA DE ACESSO A JUSTIÇA NO ESTADO DO CEARÁ	6,5	6,5	6,5	6,5
42	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NO ESTADO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS INTRAPARTIDÁRIOS	6,5	6,5	6,5	6,5
43	A INTERFERÊNCIA DO PODER POLÍTICO-FAMILIAR NA PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ	6	6	6	6
44	A LEI DE ESTERILIZAÇÃO VOLUNTÁRIA N° 9.263/96 E A GENEALOGIA DO PODER NA PRAXIS JURÍDICA HABITUAL DIANTE DO BIO-PODER E CONTROLE DOS CORPOS	6	6	6	6
45	AS CANDIDATURAS FEMININAS FRAUDULENTAS NO CEARÁ: UMA ANÁLISE DE SUAS IMPLICAÇÕES PARA A INCLUSÃO POLÍTICA DA MULHER	6	6	6	6

46	CIRURGIA MEDIÚNICA: e a relatividade da liberdade de religião	6	6	6	6
47	CRISE DE REPRESENTATIVIDADE NA DEMOCRACIA BRASILEIRA: FORMAS ALTERNATIVAS DE CONTENÇÃO DO RETROCESSO E FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR	6	6	6	6
48	DESACORDOS MORAIS, DESACORDOS TEÓRICOS E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: A MORALIDADE DA COMUNIDADE POLÍTICA NA SOLUÇÃO DE DESACORDOS MORAIS NO STF	6	6	6	6
49	EFEITO BACKLASH E O SEU IMPACTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NO BRASIL.	6	6	6	6
50	MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL CONVENCIONAL: LEI DE ANISTIA E A POSSÍVEL SUPERAÇÃO DA ADPF 153	6	6	6	6
51	O fundamentalismo religioso decorrente do fenômeno neopentecostal na política: Uma análise acerca da adequação do argumento religioso à esfera pública.	6	6	6	6
52	O RISCO DE DESVIRTUAMENTO DA AÇÃO POPULAR: SUA UTILIZAÇÃO COMO MERO INSTRUMENTO DE OPOSIÇÃO POLÍTICA	6	6	6	6
53	A PRORROGAÇÃO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DECORRENTE DA PANDEMIA DA COVID-19 E O SISTEMA DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE POLÍTICO CONSTITUCIONAL	5,9	5,9	5,9	5,9
54	A Atividade Notarial e Registral Como Instrumento de Acesso a Justiça e Desafios Para o seu Exercício no Estado do Ceará	5,9	5,9	5,9	5,9

55	A RUPTURA DO IDEAL DE IMPARCIALIDADE E RACIONALIDADE ATRIBUÍDO AOS JUÍZES: ATUAÇÃO DOS VIESES COGNITIVOS NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO JUDICIAL	5,5	5,5	5,5	5,5
56	A SEGURANÇA JURÍDICA NAS DECISÕES JUDICIAIS ELEITORAIS: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI DA FICHA LIMPA	5,5	5,5	5,5	5,5
57	Fala Autoritária e Pós-Verdade: Os efeitos sobre a democracia do uso da desinformação como política de governo em tempos de rede social	5,5	5,5	5,5	5,5
58	O CONFLITO ENTRE O DIREITO NACIONAL E O DIREITO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE ACERCA DA (IN)CONVENCIONALIDADE DA LEI DE ANISTIA E DA NECESSIDADE DO DIÁLOGO INTERJURISDICIONAL ENTRE OS TRIBUNAIS DOMÉSTICOS E A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NOS JULGADOS ENVOLVENDO A REFERIDA NORMA	5,5	5,5	5,5	5,5
59	O JUÍZO DE APELAÇÃO CRIMINAL SOB A LUZ DO DEVIDO PROCESSO LEGAL: Uma construção da verdade a partir da oralidade.	5,5	5,5	5,5	5,5
60	O SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS NO ESTADO DO CEARÁ: LIMITES E CONTRIBUIÇÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DOS JUÍZES LEIGOS NA PRESTAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL ESTADUAL	5,5	5,5	5,5	5,5



61	A (IM)POSSIBILIDADE DE HABEAS CORPUS EM RELAÇÃO A PUNIÇÕES DISCIPLINARES MILITRES NO ÂMBITO DAS FORÇAS ARMADAS À LUZ DA NORMATIVIDADE DOS PRINCÍPIOS INAURADA POR RONALD DWORKIN E DO CONFLITO ENTRE NORMAS CONSTITUCIONAIS SOB A PERSPECTIVA DA RELAÇÃO ENTRE REGRAS E PRINCÍPIOS DE ROBERT ALEXY	5	5	5	5
62	A (IN) EFETIVIDADE DAS DECISÕES GARANTIDORAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: A tutela político-democrática da autocontenção judicial	5	5	5	5
63	A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E OS USOS DA ANALOGIA: Uma análise à luz da teoria de Toulmin aplicada ao Código de Processo Civil brasileiro.	5	5	5	5
64	A JUDICIALIZAÇÃO DA MEGAPOLÍTICA BRASILEIRA NA ERA DA PÓS-VERDADE: a atuação da Justiça Eleitoral diante do desafio das notícias falsas e da crise das instituições democráticas	5	5	5	5
65	A PRIVACIDADE NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E O DIREITO AO ESQUECIMENTO NA VISÃO DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS.	5	5	5	5
66	A RELAÇÃO INTRÍNSECA DO FUNDO PARTIDÁRIO PARITÁRIO PARA MULHERES COMO PRESERVAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	5	5	5	5
67	ANÁLISE DE IMPACTO NORMATIVO E CONSEQUÊNCIAS NO SISTEMA JURÍDICO: CONTRIBUIÇÕES DA LEGÍSTICA	5	5	5	5

68	AUTODEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO EM MEIO AO USO DE NOTÍCIAS FALSAS NO CENÁRIO ELEITORAL	5	5	5	5
59	Consórcios públicos à luz da Constituição de 1988: uma análise da experiência dos consórcios no Estado do Ceará	5	5	5	5
70	DISCUSSÕES ACERCA DA LEGITIMIDADE FAZENDÁRIA NO PEDIDO DE FALÊNCIA	5	5	5	5
71	ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO x ESTADO DE EXCEÇÃO: O ativismo judicial como ferramenta da contrarrevolução jurídica no Brasil contemporâneo.	5	5	5	5
72	LEGITIMAÇÃO E CIBERDEMOCRACIA: ENTRE ALGORITMOS E INCLUSÃO	5	5	5	5
73	LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO PROCESSO ELEITORAL PÓS 1988: UMA INVESTIGAÇÃO DOS LIMITES DA DECISÃO JUDICIAL QUE INTERPRETA AS NORMAS ELEITORAIS RESTRITIVAS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO	5	5	5	5
74	O EXERCÍCIO DO VOTO EM TRÂNSITO POR POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO CEARÁ COMO EXPRESSÃO DA INCLUSÃO POLÍTICA E APRIMORAMENTO DA DEMOCRACIA	5	5	5	5
75	O fenômeno da judicialização da política e a necessidade de democratização do Judiciário	5	5	5	5
76	O MINISTÉRIO PÚBLICO ENQUANTO PRESERVADOR DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS: POR UMA ATUAÇÃO CONSERVADORA	5	5	5	5

77	O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PROTAGONISMO INSTITUCIONAL: O GUARDIÃO DA CONSTITUIÇÃO CONHECE LIMITES?	5	5	5	5
78	O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTEXTO POLÍTICO ELEITORAL: AS DEMOCRACIAS ESTÃO EM RISCO?	5	5	5	5
79	Os limites da vida: uma análise acerca da ADPF 442 e da (in)competência do STF para julgamento da ação	5	5	5	5
80	PELA APLICABILIDADE DO MODELO TOULMIN NA ANÁLISE DO DEVERCONSTITUCIONAL DE FUNDAMENTAÇÃO: OPERAÇÃO EXPRESSO 150 E O DECISIONISMO SIMBÓLICO	5	5	5	5
81	PODER CONSTITUINTE SISTÊMICO: Perspectivas sobre os movimentos sociais e a música de protesto de Chico Buarque na Constituição de 1988	5	5	5	5
82	SOBERANIA POPULAR E A CRISE REPRESENTATIVA: uma análise da ineficácia do sistema eleitoral baseado no sistema proporcional e nos partidos políticos	5	5	5	5
83	TEOLOGIA DA DOMINAÇÃO NO PROCESSO ELEITORAL: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO TESE NO TSE SOBRE ABUSO DE PODER RELIGIOSO	5	5	5	5
84	A EFICÁCIA DAS NORMAS JURÍDICAS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTINADA AS MULHERES REFUGIADAS NO BRASIL	4,5	4,5	4,5	4,5

85	APAC: MODELO REAFIRMADOR DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PREVALÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS DIANTE O ENCARCERAMENTO FEMININO PELO TRÁFICO DE DROGAS	4,5	4,5	4,5	4,5
86	AS TELEVISÕES LEGISLATIVAS ESTADUAIS: COMO AS FAKE NEWS PODEM GERAR PERDA DE AUTENTICIDADE REPRESENTATIVA E OS DESAFIOS DO CONTROLE DEMOCRÁTICO EXTERNO.	4,5	4,5	4,5	4,5
87	O ATIVISMO JUDICIAL E A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA: ANÁLISE DOS CASOS ADO 26 E MI 4733	4,5	4,5	4,5	4,5
88	A qualidade da função jurisdicional do Estado	4	4	4	4
89	ANÁLISE CRÍTICA DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA A PARTIR DO PLURALISMO POLÍTICO E DA EVOLUÇÃO DO PLURIPARTIDARISMO	4	4	4	4
90	CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PODER CONSTITUINTE DIFUSO NO ÂMBITO DA ADI Nº 4.277 DF E MC - ADC Nº 43 DF	4	4	4	4
91	FORO PARA O PROGRESSO E INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL (PROSUL) E A CONCRETIZAÇÃO DE UM NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO	4	4	4	4
92	LEGITIMIDADE DA INVESTIDURA EM CARGO POLÍTICO POR PARLAMENTAR POR NOMEAÇÃO EXECUTIVA	4	4	4	4
93	O MODELO TOULMIN DE ARGUMENTAÇÃO ENQUANTO ALTERNATIVA DE PRESERVAÇÃO DA RACIONALIDADE DA DECISÃO JUDICIAL EM FACE DAS DESCOBERTAS DA NEUROCIÊNCIA COGNITIVA	4	4	4	4

94	O NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO COMO PARADIGMA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA INDÍGENA NO ESTADO DEMOCRÁTICO: ANÁLISE JURÍDICA DO PROJETO DE LEI Nº 1057/2007	4	4	4	4
95	DIREITO DE FAMÍLIA SOB UMA ABORDAGEM PSICANALÍTICA: UMA ANÁLISE SOBRE A EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL EM CONFLITOS DE GUARDA DE CRIANÇAS NO BRASIL	3,5	3,5	3,5	3,5
96	AS MUDANÇAS NO GOVERNO FEDERAL E A FORMAÇÃO DAS PAUTAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE LEI EM DIREITO DO TRABALHO	Eliminado	Eliminado	Eliminado	Eliminado
97	AÇÕES DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER: DIAGNÓSTICO E DEFICIÊNCIAS DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO À IGUALDADE NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO ESTADO DEMOCRÁTICO.	Eliminado	Eliminado	Eliminado	Eliminado

**LINHA DE PESQUISA 3 – DOUTORADO – RESULTADO PROVISÓRIO**

	<b>TÍTULO DO PROJETO</b>	<b>PROF. RAQUEL</b>	<b>PROF. GLAUCO</b>	<b>PROF. THIAGO</b>	<b>NOTA 1a ETAPA</b>
1	A INICIATIVA PROCESSUAL PENAL DOS GOVERNADORES GERAIS DO BRASIL (SÉC. XVII)	9	9	9	9
2	A verdade renovada: relações entre a efetividade da jurisdição, a prova judiciária, a filosofia e a neurociência.	8,5	8,5	8,5	8,5
3	BACHARÉIS SERTANEJOS, JURISTAS NO AMAZONAS: Formação e influências do pensamento jurídico na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus (1909-1923)	8	8	8	8
4	POPULISMO PENAL E SEUS EFEITOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA DOGMÁTICA PUNITIVISTA SOBRE A TUTELA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: uma análise dialética sobre a construção jurídica do termo “prisão em segunda instância”.	7,8	7,8	7,8	7,8
5	DEMOCRACIA E JUDICIALIZAÇÃO SIMBÓLICA NA PERSECUÇÃO PENAL: AS INTERMITÊNCIAS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO CONSTITUCIONALISMO PERIFÉRICO BRASILEIRO	7,5	7,5	7,5	7,5
6	DESVENCILHANDO A PERSPECTIVA “ASPONE”: COMO ESTRUTURAR AS BASES ONTOLÓGICA, EPISTEMOLÓGICA E DEONTOLÓGICA SUBJACENTES PARA UMA ESCORREITA REFORMA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA?	7	7	7	7
7	JUDICIAL REVIEW, DESACORDOS E INTEGRIDADE: IMPLICAÇÕES DA COERÊNCIA NA INTERPRETAÇÃO E NA APLICAÇÃO DA REGRA CONSTITUCIONAL DO FULL BENCH	7	7	7	7

8	OBJETIVIDADE MORAL, INEFICIÊNCIA INSTITUCIONAL E EROÇÃO DEMOCRÁTICA: UMA TEORIA ACERCA DA INTERPRETAÇÃO DA MORALIDADE POLÍTICA DA SOCIEDADE	7	7	7	7
9	Coisa julgada secundum eventum litis e secundum eventum probationis: sua aplicação e efeitos na tutela de direitos coletivos em sentido amplo, à luz do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva, e seus reflexos na instrumentalização do controle social dos gestores públicos.	6	6	6	6
10	DA CONSTITUCIONALIDADE DA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA A MULHERES INDÍGENAS EM SITUAÇÃO DE IMIGRAÇÃO NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DA CONVENÇÃO 169 OIT FRENTE AO DESAFIO DA MULTICULTURALIDADE	6	6	6	6
11	Direito e democracia: a contribuição de Ronald Dworkin para a usurpação da soberania popular no brasil	5,9	5,9	5,9	5,9
12	SUPERAÇÃO DA DEMOCRACIA LIBERAL E DO SEU PROCESSO DE DESPOLITIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA DA DEMOCRACIA CRÍTICA	5,9	5,9	5,9	5,9
13	A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS DECISÕES JUDICIAIS E A EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL	5,5	5,9	5,9	5,766666667
14	A CONCREÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA PARA EFETIVIDADE DA FUNÇÃO JURISDICIONAL DO ESTADO SOB A ÓTICA DA SISTEMÁTICA DE PRECEDENTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	5	5	5	5

15	A FUNÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS DIANTE DA ADOÇÃO DE CANDIDATURAS INDEPENDENTES: POSSIBILIDADES E ENTRAVES NOS SISTEMAS ELEITORAIS DA AMÉRICA LATINA	5	5	5	5
16	A Possibilidade da Desconstituição das Decisões do Supremo Tribunal Federal em Controle Concentrado de Constitucionalidade: a necessidade de criação de instrumento processual constitucional próprio para revisão das decisões do STF em controle concentrado.	5	5	5	5
17	CONTORNOS DE UMA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA FUNDADA NA AFETIVIDADE: UM ESTUDO SOBRE OS AFETOS NA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES POR MEIO DO MODELO TOULMIN	5	5	5	5
18	DECOLONIALIDADE, EDUCAÇÃO E EQUIPARAÇÃO DE GÊNERO	5	5	5	5
19	HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E SEGURANÇA JURÍDICA: o uso dos precedentes judiciais para redução da complexidade do sistema jurídico brasileiro por meio das fórmulas de coerência e redundância	5	5	5	5
20	O FUTURO CHEGOU: OS NOVOS DESAFIOS DO PROCESSO PENAL NO SÉCULO XXI DIANTE DA USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PELO ESTADO	5	5	5	5
21	Turma Nacional de Uniformização: análise crítica sobre a atividade jurisdicional da instância recursal extraordinária dos Juizados Especiais Federais	5	5	5	5
22	UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROCESSO HISTÓRICO DE AFIRMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO NEOCONSTITUCIONALISMO COMO IDEOLOGIA JURÍDICA HEGEMÔNICA EM NOSSOS DIAS	5	5	5	5



23	A DIFICULDADE DE AFERIR PROCESSOS DE RETROCESSO DEMOCRÁTICO: EM BUSCA DE UM NOVO PARÂMETRO AVALIATIVO	4,5	4,5	4,5	4,5
24	A Extrajudicialização restaurativa: à vontade e autonomia privada na concretização da busca da pacificação social	5	5	5	4,5
25	COVID-19 E ESTADO DE EXCEÇÃO SANITÁRIO: análise sobre a compulsoriedade da vacina prevista na Lei 13.979/2020	4,5	4,5	4,5	4,5
26	O Controle de Convencionalidade nas Decisões do Supremo Tribunal Federal e a (in)observância do Direito Humanitário Internacional: Perspectivas para um “Estado Constitucional e Humanista de Direito Brasileiro”.	4,5	4,5	4,5	4,5